

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 15

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL/INTERNACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal atinge R\$ 210,19 bilhões 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS passará a ser responsável pela "prova de vida" 4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida passa a ser feita com base em dados 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad monta força-tarefa para cuidar de reforma tributária 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad promete reforma com carga tributária mantida e marco fiscal 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida vai a R\$ 5,95 trilhões 12

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária ajudará o país a melhorar dívida pública 14

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A nova briga do PIS/Cofins (Editorial) 15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cartão de crédito diminui o poder de compra do brasileiro 16

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os juros altos e a concentração de renda (Artigo) 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo Bolsonaro deixa R\$ 255 bilhões de restos a pagar 20

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PT anuncia apoio à reeleição de Rodrigo Pacheco para o Senado 21

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prates assume Petrobras sob pressão relacionada a preços 22

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Estrangeiros investem US\$ 90 bilhões no Brasil em 2022, maior valor em dez anos 24

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Após revisão, fluxo cambial fica negativo 25

Arrecadação federal atinge R\$ 210,19 bilhões

A arrecadação total das Receitas Federais fechou o mês de dezembro de 2022 em R\$ 210,19 bilhões, informou a **Receita Federal**. O valor representa um acréscimo real de 2,47% em relação a dezembro de 2021, descontada a **inflação** medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No período acumulado de janeiro a dezembro de 2022, a arrecadação alcançou o valor de quase R\$ 2,22 trilhões. O Ministério da Fazenda disse que este é o melhor desempenho arrecadatário para o mês de dezembro desde 2000.

Em relação às Receitas Administradas, o valor arrecadado em dezembro de 2022 foi de R\$ 204 bilhões, representando um acréscimo real de 2,04%. No período acumulado de janeiro a dezembro, a arrecadação alcançou R\$ 2,09 trilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 6,64%.

De acordo com a Receita, o aumento observado no mês de dezembro pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento dos recolhimentos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o

Lucro Líquido (CSLL).

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL totalizaram uma arrecadação de R\$ 489,6 bilhões, com crescimento real de 17,73%. Esse desempenho é explicado pelos acréscimos de 82,09% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos ocorridos ao longo de 2021 e pelo acréscimo de 16,9% na arrecadação da estimativa mensal.

"Destaca-se crescimento em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a dezembro do ano passado, e de R\$ 40 bilhões, no mesmo período de 2021", disse a **Receita Federal**.

A Cofins e o PIS/Pasep apresentaram uma arrecadação conjunta, no período de janeiro a dezembro de 2022, de R\$ 406,7 bilhões, representando um acréscimo real de 0,07%.

Também contribuíram para o resultado o desempenho

de algumas atividades econômicas, especialmente comércio varejista e entidades financeiras, e a redução a zero das alíquotas dessas contribuições sobre os combustíveis, instituídas pelas leis n.º 192 e n.º 194 de 2022.

INSS passará a ser responsável pela "prova de vida"

ANNA CAROLINA PAPP SANDRA MANFRINI

Portaria publicada no Diário Oficial da União ontem transfere para ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a responsabilidade de comprovar que seus beneficiários estão vivos: a chamada "prova de vida".

Antes, a tarefa era feita pelo próprio segurado, em bancos ou agências do **INSS**.

A checagem será realizada por meio de um cruzamento de informações de bancos de dados integrados à base do instituto.

O **INSS** terá dez meses depois da data de aniversário do segurado para comprovar que o beneficiário está vivo.

Passado esse período, caso não o **INSS** não consiga fazer a prova de vida, o segurado será notificado pelo **INSS** e terá dois meses para provar que está vivo, seja presencialmente ou pelo aplicativo "Meu **INSS**". Se não o fizer, o benefício é suspenso por 30 dias. Se o beneficiário ainda assim não se manifestar, ao final desse período, o benefício é cancelado.

"PONTUAÇÃO". A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, afirmou que esses dados serão computados em uma pontuação. "O **INSS** vai coletando pontos. Cada ação do segurado nesse banco de dados será pontuada. Se, ao final de dez meses, a pontuação mínima necessária for atingida, a prova de vida será concluída", afirmou.

Após esse prazo, será automaticamente criada a tarefa "Comprovação de Vida" no sistema de Portal de Atendimento.

Em alguns casos específicos, caberá até mesmo ao **INSS** enviar um servidor para localizar o beneficiário. "Por isso, é extremamente importante manter o endereço e os dados cadastrais atualizados", disse Bramante. "A prova de vida é um procedimento para evitar fraudes. É comum um parente pegar o cartão e a senha do **INSS** e aí o benefício continua sendo pago mesmo quando o segurado morre", disse Bramante.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prova de vida passa a ser feita com base em dados

São Paulo - A prova de vida do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passa a ser feita automaticamente em todo o País neste ano, por meio do cruzamento de dados obtidos quando o segurado vai a um posto de vacinação, a uma agência do **INSS**, renova a carteira de motorista ou recebe o benefício com biometria em seu banco, por exemplo.

O órgão usará um sistema de pontuação a cada procedimento feito. Segundo a portaria, os dados coletados serão armazenados por prazo indeterminado e formarão esse banco de pontuação, de acordo com definição de integridade do dado obtido, a ser definido pelo órgão.

Desde o dia 1º de janeiro, é do **INSS** a responsabilidade de comprovar que o beneficiário continua vivo. Em 2023, o órgão deverá comprovar o recadastramento de cerca de 17 milhões de beneficiários.

Segundo portaria que regulamenta a nova prova de vida, publicada ontem, o **INSS** terá dez meses para comprovar que o titular está vivo, contando a partir do mês de aniversário. Se neste período o governo não reunir informações suficientes para fazer a comprovação, enviará uma notificação ao segurado, pelo Meu **INSS**, Central 135 ou na rede bancária. Após o aviso, o beneficiário terá um prazo de mais 60 dias para fazer a atualização.

O **INSS** usará os seguintes dados para realizar a prova de vida (desde que tenham sido feitos nos dez meses seguintes ao aniversário): acesso ao aplicativo Meu **INSS** com o selo ouro ou outros aplicativos e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior; contratação de empréstimo consignado, feito por reconhecimento biométrico; atendimento presencial nas agências do **INSS** ou por reconhecimento biométrico nas entidades ou instituições parceiras; realização de perícia médica, por telemedicina ou presencial; atendimento no sistema público de saúde ou na rede conveniada; vacinação; cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública; atualizações no CadÚnico, somente quando for efetuada pelo responsável pelo grupo; votação nas eleições; emissão ou renovação de passaporte; emissão ou renovação de carteira de motorista; emissão ou

renovação de carteira de trabalho; emissão ou renovação de carteira de identidade; alistamento militar; outros documentos oficiais que necessitem da presença física do usuário ou reconhecimento biométrico; recebimento do pagamento de benefício com reconhecimento biométrico; e Declaração de Imposto de Renda, como titular ou dependente.

O **INSS** receberá esses dados de órgãos parceiros e vai comparar com os dados que já tem cadastrados em sua base, por exemplo, uma pessoa toma uma vacina contra a gripe num posto de saúde da rede pública. Ao receber essa informação, o **INSS** tem o indicativo de vida do beneficiário e tal indicativo servirá para compor um "pacote de informações" sobre a pessoa.

Esse "pacote de informações" reunirá diversas ações registradas ao longo do ano, nos diferentes bancos de dados dos parceiros. Quando o total de ações ao longo do ano registradas nas bases de dados parceiras for suficiente, o sistema considerará a prova de vida realizada, garantindo a manutenção do benefício até o próximo ciclo.

Todos os benefícios ativos do **INSS** de longa duração precisam da prova de vida anual, como aposentadorias, pensão por morte e benefícios por incapacidade. O beneficiário poderá acessar o Meu **INSS** ou ligar para o telefone 135 para verificar a data da última confirmação de vida feita pelo **INSS**. Apesar de não ser mais obrigatório, a pessoa poderá fazer a sua prova de vida como nos anos anteriores, ou seja, indo a uma agência da rede bancária ou usando o Meu **INSS**.

Se após a notificação não for identificada nenhuma ação na base de dados ou mesmo se a pessoa não conseguir atingir um "pacote de informações" mínimo para realizar a prova de vida, o **INSS** programará automaticamente uma visita de um servidor do **INSS** ao local onde o segurado mora. É importante que os dados cadastrais do segurado estejam sempre atualizados no Meu **INSS**, principalmente o endereço residencial.

Bloqueio - O benefício só será bloqueado se o cidadão não comprovar a vida nos 60 dias de prazo e se o endereço cadastrado nas bases de dados do **INSS** for insuficiente para a localização da pessoa.

Nesses casos, o cidadão será notificado e o benefício será bloqueado pelo prazo de 30 dias.

Nesse período, a pessoa ainda pode realizar a prova de vida indo presencialmente à rede bancária, utilizando a biometria dos caixas eletrônicos, ou ainda indo presencialmente a uma unidade do **INSS**.

Caso o beneficiário não compareça presencialmente ao banco ou a uma agência do **INSS** nos 30 dias restantes, o benefício será suspenso. Após seis meses de suspensão, o benefício será cessado. (Luciana Lazarini/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-01-2023-2/>

Haddad monta força-tarefa para cuidar de reforma tributária

Com a missão de aprovar a **reforma tributária** no primeiro ano do governo Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, montou um núcleo especial voltado para a elaboração da proposta com representantes de todas as áreas da pasta.

A orientação do comando da equipe econômica é a de que o time esteja preparado para dar resposta ágil para qualquer demanda sobre detalhes técnicos da proposta e suas implicações - além de desconstruir "mitos" que o Ministério da Fazenda considera equivocados sobre o impacto da reforma.

A missão dada ao grupo é que nada fique sem resposta.

A força-tarefa da reforma está sendo reforçada por especialistas da área tributária de fora do ministério, que vão integrar a equipe do secretário extraordinário de **Reforma Tributária**, Bernard Appy. A maioria ainda não foi empossada.

GRUPO. Segundo apurou o Estadão, fará parte do time direto de Appy o auditor da **Receita Federal** Nelson Leitão Paes, especialista em modelagem econômica e avaliação de gastos tributários e política fiscal.

Ele já atuou, principalmente, em temas ligados à **reforma tributária**, Imposto de Renda Pessoa Física, carga tributária, análise de progressividade e distribuição de renda e tributação sobre o consumo. Tem vários artigos na área e foi secretário no Ministério da Economia da área que cuidava da avaliação de gastos tributários, como subsídios e benefícios fiscais.

Rodrigo Orair, ex-diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado e servidor do Ipea, também estará na equipe. Ele tem vários estudos sobre a tributação do consumo e também da renda.

É defensor da volta da tributação de lucros e dividendos e coautor junto com o economista Sergio Gobetti de um estudo que é referência sobre o tema.

O auditor fiscal de Minas Gerais Manoel Procópio, especialista em ICMS, também será assessor da secretaria extraordinária; Camilla Cavalcanti, da equipe do relator da Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) 110 da **reforma tributária** dos **impostos** sobre consumo, do senador Roberto Rocha (PTB-MA), também fará parte do núcleo. Ela coordenou os trabalhos para a elaboração do parecer de Rocha, que não chegou a ser votado pelo Senado, mas que será encampado em parte pelo Ministério da Fazenda junto com o parecer da PEC 45 que tramita na Câmara.

Professora de economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Débora Freire fará parte do núcleo. Uma das suas áreas de estudo é o aumento da chamada progressividade do sistema tributário brasileiro - ou seja, fazer com que os que ganham mais paguem proporcionalmente mais **impostos**. Hoje, o sistema brasileiro é regressivo.

Débora será subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), comandada pelo economista Guilherme Mello, que também faz parte da força-tarefa.

Embora nem todos tenham sido empossados em seus cargos, reuniões técnicas já estão ocorrendo com a participação de técnicos da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad promete reforma com carga tributária mantida e marco fiscal

Fabio Murakawa, Estevão Taiar, Mathens Schuch e Fernando Exman De Brasília

A **reforma tributária** manterá a carga de **impostos** no nível atual, o que ajudará a colocar o Brasil em uma trajetória fiscal sustentável. Combinada com a aprovação conjunta do novo arcabouço fiscal ainda no primeiro semestre, as mudanças "sem dúvida" diminuirão pressões inflacionárias e, conseqüentemente, facilitarão a condução da taxa básica de juros pelo Banco Central (BC). As afirmações foram feitas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista exclusiva concedida ao Valor. Para ele, os últimos atos do governo Bolsonaro e as invasões realizadas no começo do mês em Brasília abrem espaço para a atual gestão ampliar sua base de apoio no Congresso Nacional.

Em junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN), do qual Haddad faz parte, se reunirá para decidir a meta de **inflação** de 2026. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou os atuais patamares das metas de **inflação**, que estão em 3,25% para este ano e em 3% tanto para 2024 quanto para 2025. Mas economistas como o ex-presidente do BC Afonso Celso Pastore afirmam que elevar a meta em meio à piora das expectativas "equivale a tentar apagar o fogo com gasolina".

Segundo o ministro da Fazenda, é importante observar o que acontece no exterior para decidir o nível de **inflação** a ser perseguido. Mas ele destacou que o comportamento das expectativas também será essencial para a decisão da meta de 2026.

Sobre o arcabouço fiscal, Haddad disse que estão sendo levadas em conta propostas apresentadas ainda no ano passado por técnicos das secretarias do Tesouro Nacional e de Política Econômica e que debaterá o texto com economistas não alinhados ao governo.

Já a política de preços da Petrobras, segundo ele, viveu o seu melhor momento nos dois primeiros mandatos de Lula, indicando que esse pode ser um caminho a ser perseguido pela companhia.

Ainda sobre o BC, Haddad defendeu que seja escolhido um nome de perfil "técnico" e com conhecimento da mesa de operações para a diretoria

de política monetária, que ficará vaga no próximo mês. Por fim, afirmou que o formato do Desenrola, programa de renegociação de dívidas, está alinhado com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Os "parâmetros" do texto serão discutidos com Lula na semana que vem.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Qual é a agenda que o senhor está trabalhando para a **reforma tributária**?

Haddad: Acredito que seja possível votar até abril, pelo menos na Câmara dos Deputados. [Será possível aprovar] se houver uma boa negociação entre Câmara e Senado e o entendimento dos líderes de que a discussão está madura e que crie fato temos alguns nós para desatar, mas que há maturidade sobre o cenário traçado e as direções políticas que têm que ser tomadas. Há um período de transição que pode calibrar temores de alguns setores. Eu acredito que estamos muito aptos a votar no primeiro semestre. Sendo otimista, acredito que seria possível até abril nós votarmos na Câmara. Pelo menos no primeiro semestre, acredito que seja possível. Eu vou lutar para que a gente vote rapidamente isso.

Valor: Há duas propostas tramitando no Congresso...

Haddad: Eu vejo méritos nas duas propostas. O governo anterior implodiu a **reforma tributária**. Esse é o depoimento de todos os parlamentares com quem eu conversei. Até a ministra Simone Tebet (Planejamento) me relatou que, como senadora, testemunhou a implosão da votação na CCJ.

Valor: A reforma, como estava, é um bom caminho?

Haddad: Primeiro, mudou o governo. E o Congresso. Segundo, nós temos a felicidade de contar com o Bernard Appy, que é uma liderança importante nos debates sobre esse assunto na equipe da Fazenda. E que trouxe pessoas que estão há anos ruminando e oferecendo soluções para os entraves, que são de natureza técnica e política e que podem ser superados. E outra questão é o seguinte: se nós tivermos a dimensão do que seria aprovar **reforma tributária** e o arcabouço fiscal agora, em termos de impacto no **PIB** potencial desse país, nós não podemos contornar essa agenda. Essa é a agenda que vai, efetivamente, representar uma melhoria

substancial do ambiente econômico no Brasil.

Valor: Dá pra fazer as duas coisas em paralelo, o arcabouço e a reforma até abril na Câmara?

Haddad: Dá, eu acredito que a PEC da Transição prevê o encaminhamento do arcabouço fiscal até agosto e nós estamos compreendendo que devemos mandar antes. Faz todo o sentido nós aprovarmos as duas concomitantemente. Porque aí o país vai fixar a receita e despesa do Estado brasileiro num horizonte de zerar o déficit herdado da irresponsabilidade de 2022, que foi perpetrada contra este país para reverter o quadro eleitoral. Com o novo arcabouço, você vai ter, de um lado, o tamanho do Estado brasileiro definido ali, da União, sobretudo. E, do outro lado, a dinâmica de receita e despesa de maneira a dar previsibilidade e credibilidade para as finanças públicas brasileiras. Não tem o que faça o Brasil não crescer num cenário internacional que está se tornando favorável pra nós.

Valor: O Congresso vai ser chamado a pensar o novo arcabouço?

Haddad: O arcabouço é menos do que se imagina. Se perguntar "teto de gastos", é uma frase. O que nós vamos propor é um substituto para o teto de gastos que faça mais sentido. É melhor, para todos os efeitos, de construção de reputação. Você se propor uma coisa que seja exigente, sim, mas confiável, do ponto de vista do atingimento da meta. E eu dizia que há outras fórmulas que respeitem a evolução pretendida das despesas públicas, das receitas públicas, que conforma o cenário de estabilidade macroeconômica mas que seja factível.

Valor: Por exemplo ?

Haddad: As minhas idéias podem até ser recuperadas de 2018, mas naquela situação eu estava na condição de candidato a presidente. Hoje eu sou ministro da Fazenda, não quero atropelar a equipe que está trabalhando neste momento nos cenários de regra fiscal, mas com esse compromisso de que mostrem para o Brasil uma trajetória de credibilidade, sustentabilidade. Eu também preciso apresentar para o governo [antes].

Valor: A gente segue não entendendo o que pensa o governo sobre o arcabouço, pelo menos alguns pilares, algumas questões conceituais...

Haddad: Não é um debate que envolve só posição ideológica, é um debate técnico, que precisa ser apurado. E aí o governo é que vai encaminhar como um todo a regra fiscal. Nós estamos antecipando [o prazo de apresentação] justamente atendendo a esse

tipo de comentário que você fez. Eu acredito que vai ser bom para o país antecipar.

Valor: Vai antecipar para abril ?

Haddad: Abril, se ficar pronto antes, vai antes. Mas estou dando abril pra não frustrar expectativas. Quando nós tivermos uma posição fechada no ministério, vamos encaminhar para a Presidência da República, certamente o presidente vai tomar parte nessa discussão.

Valor: As propostas que vinham sendo discutidas antes dentro do ministério serão aproveitadas?

Haddad: Eu pedi justamente para que essa equipe pudesse reunir todas essas propostas, inclusive o que era público na forma de artigos de jornal. Houve vários economistas famosos que deram sua opinião sobre qual deveria ser a regra fiscal que substituísse o teto. Se você fizer um levantamento, vai verificar. Eu pedi para levar todas as contribuições em consideração, para que a equipe apresentasse os cenários e a gente pudesse estressar o debate interno de modo a encaminhar para a Presidência com bastante convicção de que aquela regra é boa para o país.

Valor: Um receio em relação à reforma é o possível aumento da carga. Ela será neutra nesse aspecto?

Haddad: Nós não estamos na perspectiva de mexer com carga. Até porque os **impostos** sobre o consumo no Brasil já estão suficientemente altos. Se nós queremos nos aproximar das boas práticas internacionais, faz todo o sentido adotar o IVA e nenhum sentido aumentar a carga a partir do IVA. Seria um contrassenso.

Valor: A reforma tornará mais possível tributar menos o consumo e mais a renda?

Haddad: Tudo ao seu tempo. A primeira etapa é adotar o IVA sem aumentar a carga. Se nós formos bem-sucedidos, na segunda etapa nós podemos até rever as alíquotas da primeira. É assim que está organizado o debate.

Valor: Essa segunda etapa pode travar no Congresso?

Haddad: Eu não sei, porque nós estamos começando a elaborar a proposta da segunda etapa. E não queremos que elas se encavalem. Porque senão a gente não vai conseguir aprovar a primeira. Agora o debate volta para o Congresso. Vamos nos reunir com os presidentes eleitos da Câmara e do Senado, sentar com os relatores, estabelecer um calendário. E aí uma equipe vai discutir com o Congresso os detalhes dessa reforma, enquanto outra trabalha a segunda etapa,

que só virá a público depois de aprovada a primeira etapa.

Valor: O senhor falava em uma reestimativa de arrecadação de R\$36 bilhões...

Haddad: Isso já está contratado, R\$ 36 bilhões é um cálculo do próprio Tesouro. Acredito, inclusive, que [a receita] será maior. Acredito piamente. Tem que ver a reação da economia à política monetária. Eu cuido da parte fiscal. E a política monetária afeta produto.

Valor: Quão maior?

Haddad: Eu não quero me antecipar. Nós estamos divulgando números à medida que eles se consolidam, para não ter que depois reverter. Esses R\$ 36 bilhões já estão contratados. Está vindo aí a receita de janeiro. Vem bem, mas vamos ver como fecha o mês.

Valor: A MP da desoneração dos combustíveis tem 60 dias de validade. Dá tempo para achar uma solução e voltara cobrar os impostos?

Haddad: O petróleo está em um patamar de US\$ 85 o barril, mas o dólar vem caindo no Brasil. O dólar chegou a quase R\$ 5,80. Quando nós assumimos, estava a R\$ 5,29. Hoje, está em R\$ 5,07. E tem as boas notícias surgindo, a possibilidade de os emergentes terem um ano interessante está se consolidando.

Valor: O senhor está dizendo que, com esse cenário melhor, com dólar em queda, preço razoável do petróleo, o impacto da volta desses impostos não seria tão grande?

Haddad: O que eu estou querendo dizer é que melhoram as condições de gestão da empresa [Petrobras], Uma coisa é uma empresa que trabalha com produto importado sujeito a choques externos, como o preço do petróleo a US\$ 140, como já vimos. Agora, você tem um petróleo mais barato, com um real eventualmente em um patamar com menos expectativa de uma desvalorização, ou até com uma expectativa de uma pequena valorização, como tem acontecido recentemente com algumas moedas recentemente, da América Latina, inclusive.

Valor: O governo pode, a partir de março, continuar abrindo mão dessa receita?

Haddad: Eu não vou me antecipar a uma decisão que cabe ao governo tomar. A Fazenda sempre se manifesta, mas a palavra final é do governo como um todo.

Valor: Dá para dizer, a partir do que o senhor, o Jean

Paul Prates [que vai assumir como presidente da estatal] e o presidente pensam, que a política de preços da Petrobras será alterada no governo Lula?

Haddad: Vamos aguardar o Jean Paul assumir. O papel do ministério é levar subsídios para a melhor decisão possível. Eu concordo que a política de preços da Petrobras durante o governo Lula foi melhor do que a política de preços da Petrobras depois do governo Lula. Eu participei daquele governo e concordo com a maneira como o governo Lula procedeu. Não só do ponto da política de preços, mas na política de investimentos.

Valor: O Banco Central deveria repensar trajetória da Selic?

Haddad: É muito difícil eu dizer o que o BC tem de fazer. O que tenho que fazer por dever é, primeiro, constatar os fatos. Herdamos problema fiscal criado pelo governo anterior para reverter quadro eleitoral desfavorável. Quando falo isso, não faço crítica ou elogio, estou constatando que a taxa de juros foi de 2% para 13,75%.

Valor: O senhor acha que está exagerada a Selic diante da realidade macroeconômica?

Haddad: Quando você me pergunta isso, quer que eu faça um juízo de valor que eu não quero fazer. Quero que a sociedade tenha acesso aos dados. Qual é a situação? O governo anterior desarrumou o Orçamento federal em uma ordem de grandeza que tornou a gestão macroeconômica muito mais complexa. E isso teve um re-batimento na taxa de juros, é um fato. O que me cabe é tomar medidas para resolver o problema fiscal herdado e concorrer para harmonização da política fiscal com a política monetária, que se divorciaram de dois anos para cá. O fiscal foi para um lado, monetário para o outro e a conta chegou.

Valor: O senhor vai participar debate sobre meta de inflação. O que o senhor pensa para a reunião de junho do CMN?

Haddad: Uma meta de inflação tem que ser demandante, exigente. Senão, qual o sentido de uma meta? Ela tem que ser exigente. E factível, alcançável. Se é uma meta muito exigente e não alcançável, não é uma meta boa. Se ela é uma meta não exigente, não cumpre a função que é controlar a inflação.

Valor: O senhor considera 3% uma meta muito exigente?

Haddad: Nós tivemos dois anos de não cumprimento das metas. Vamos verificar no fim do ano o que vai se

passar. Agora, a gente não pode só ver o que está acontecendo hoje, se vamos para um terceiro ano de não cumprimento das metas. Temos que verificar como os agentes estão percebendo esta convergência antes de tomar qualquer decisão. Pode ser que a gente verifique que esteja havendo uma convergência salutar para a economia brasileiro, temos que dar tempo para, no momento adequado, o calendário estabelecido, nós definirmos a meta dos próximos anos.

Valor: A reunião do CMN em junho e a apresentação do novo arcabouço fiscal em abril, com a aprovação da **reforma tributária**, criaria um ambiente...

Haddad: Não tenho dúvida de que podemos organizar a bagunça herdada, com bom senso no Congresso. É evidente que as decisões tomadas machucaram a economia brasileira. A taxa de juros, o déficit público no patamar que está, ninguém gosta disso. Por isso estamos tentando fazer uma política para harmonizar estes instrumentos. A agenda que está dada, de novo arcabouço fiscal, **reforma tributária**, a volta do CMN da maneira como estava organizado, temos toda a condição, se a agenda política permitir, de este ano arrumar a casa para muitos anos.

Valor: O governo vai ter trabalho para construir esta agenda com o Congresso que foi eleito?

Haddad: Eu acredito que tem espaço para o governo ampliar a sua base de apoio, sobretudo pelo comportamento do governo derrotado. O abandono do país, o abandono de populações vulneráveis, o descaso com as contas públicas e a transparência, o descaso com o patrimônio público nas invasões de correligionários. Isso tudo, que é muito lamentável, dá ao governo a possibilidade de ampliar sua base e se mostrar como um governo amplo, que tem lado, mas de angariar apoio para essas camadas da população que foram muito prejudicadas pelo projeto que se encerrou. Agora temos um presidente de verdade e uma pessoa desclassificada que deixou a Presidência de forma ruidosa.

Valor: O presidente Lula gostaria de anunciar um aumento do salário mínimo em 1º de maio...

Haddad: Temos trabalhado intensamente nisso. Tive reunião hoje [ontem] na Casa Civil. Estamos mapeando todas as pressões. O anúncio pode ser feito em um [único] dia, [mas] precisa caber dentro das decisões todas que serão tomadas em relação a outras rubricas.

Valor: Entre essas rubricas, está a questão do Imposto de Renda ?

Haddad: Nós não trabalhamos caso a caso. Temos um todo para organizar. Preciso partir do mapeamento para organizar o ano. Chegar em dezembro com tudo nos conformes. Estamos terminando o mapeamento para apresentar uma solução global.

Valor: O Desenrola vai ser lançado agora ?

Haddad: Nós vamos apresentar o desenho para o presidente na semana que vem. Mas a arquitetura do programa está pronta, está fechada com Caixa, Banco do Brasil, e a Febraban também participou.

Valor: O senhor acredita que os bancos privados vão aderir?

Haddad: Um banco pode aderir ao Desenrola na condição de dono de um crédito que ele quer negociar com o programa. Ou não. A outra coisa é ele refnanciar o programa com fundo garantidor. Porque ele pode estar renegociando um crédito que não é dele, que foi comprado pelo programa.

Valor: O fato de ser citado como possível candidato a sucessor de Lula pode prejudicar o seu trabalho na interlocução com o Congresso?

Haddad: Eu realmente acho de uma precipitação total tratar deste assunto em janeiro de 2023. Nós temos muitos problemas para resolver. Vamos criar mais um? Este não é um problema. Vamos tratar dos problemas que a gente tem, depois a gente inventa outros.

Vamos a partir do mês que vem iniciar uma discussão sobre a possibilidade de você ter uma moeda comum" Não estamos na perspectiva de mexer com carga. Os **impostos** sobre o consumo no Brasil já estão altos"

Dívida vai a R\$ 5,95 trilhões

Rafaela Gonçalves

A Dívida Pública Federal (DPF) brasileira cresceu 6,02% em 2022, fechando o ano em R\$ 5,95 trilhões, ante R\$ 5,61 trilhões em 2021. Segundo relatório divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, esse é o maior valor da série histórica, iniciada em 2004. Apenas em dezembro, a dívida aumentou 1,37% em relação ao mês anterior.

A DPF inclui as dívidas interna e externa. O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 1,48%, atingindo R\$ 5,69 trilhões. Já a Dívida Pública Federal Externa (DPFe) caiu 0,89%, terminando o ano em R\$ 252,4 bilhões.

Segundo o Tesouro, a alta do estoque da dívida pode ser explicada pelos juros que o governo teve que assumir para continuar financiando os gastos públicos. No total, a conta de juros alcançou R\$ 556 bilhões no ano passado.

Com isso, o custo médio do estoque da dívida subiu para 10,21% em 2022, ante 8,91% no encerramento do ano anterior. Somente no caso da dívida interna, o custo médio das emissões de títulos atingiu 12,08%, ante 8,49% em dezembro de 2021. O Tesouro observou que o valor dos juros foi parcialmente compensado pelo resgate líquido de R\$ 218,2 bilhões em títulos.

O economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, destacou que a dívida encerrou 2022 perto dos 73% do Produto Interno Bruto (**PIB**). É um nível bem superior à média dos países emergentes, que é de cerca de 60%. Uma dívida muito elevada provoca dúvidas sobre a capacidade de solvência do setor público, além de pressionar as taxas de juros e a **inflação**. Num cenário de desaceleração econômica, o problema pode se agravar.

"Temos graves desafios fiscais, uma economia que dá sinais claros de esfriamento. A taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75% ao ano e o cenário internacional é desafiador, em meio à **inflação** e aos juros em patamares bastante elevados. Todos esses fatores internos e externos contribuem decisivamente para a perspectiva de crescimento significativo da dívida pública federal nos próximos anos. O atual governo tem de endereçar caminhos factíveis na direção da estabilização da relação dívida-**PIB**", avaliou Viana.

A curto prazo, o governo tem boa capacidade de rolar

a dívida. O colchão de liquidez da dívida pública, reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos, encerrou 2022 com R\$ 1,17 trilhão. O valor é 2,96% maior que o R\$ 1,14 trilhão que estava na reserva em novembro, e 0,85% menor que o observado em dezembro de 2021 (R\$ 1,18 trilhão).

De acordo com Viana, com recurso em caixa, o Tesouro Nacional consegue evitar sancionar taxas muito elevadas de juros em momentos de estresse de mercado. "Na prática, se o Tesouro Nacional percebe que os agentes de mercado estão exigindo condições muito altas, pode decidir não rolar determinadas dívidas e pagá-las com recursos disponíveis em caixa", disse.

Plano para 2023

O Tesouro também anunciou ontem o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2023, que estima um estoque da Dívida Pública entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões este ano. A necessidade líquida de financiamento do governo federal neste ano é de R\$ 1,487 trilhão, e parte desses recursos será destinada a cobrir o rombo nas contas públicas.

Segundo Otavio Ladeira de Medeiros, subsecretário da Dívida Pública na Secretaria do Tesouro Nacional, o PAF para 2023 foi conservador. "Nós trabalhamos com o orçamento aprovado, que terá receitas menores, especialmente com a desoneração dos combustíveis, e, por outro lado, há o conjunto de despesas adicionais aprovadas por emenda constitucional. Mas temos a expectativa de que melhorias ocorrerão, seja por conta do conjunto de medidas já anunciado ou outras que ainda devem ser anunciadas em breve, entre elas o novo marco fiscal", afirmou.

Ladeira lembrou que o plano ainda passará por duas revisões periódicas ao longo do ano, em abril e setembro. "Na grande maioria das vezes, a revisão é para a manutenção dos limites. Mas, se o cenário melhorar consideravelmente daqui até lá, nada impede que façamos a revisão e voltemos com números melhores para apresentar, que é a nossa expectativa", acrescentou.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, ressaltou que a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal serão importantes para atrair investimentos e dar segurança aos investidores. "Terá um papel muito importante na

atração de investimentos e na melhora da produtividade da economia por meio da retirada de distorções e do custo de transação que ela gera hoje", destacou Ceron, que disse que a nova âncora fiscal contribuirá para que o Brasil recupere o grau de investimento, que é dado pelas agências de risco aos países considerados bons pagadores.

"Temos graves desafios fiscais, uma economia que dá sinais claros de esfriamento. A taxa básica de juros é elevada e cenário internacional é desafiador. O governo tem de endereçar a estabilização da relação dívida-**PIB**" Murilo Viana, economista

Reforma Tributária ajudará o país a melhorar dívida pública

Há muito o Brasil debate a necessidade de uma **reforma tributária**. Agora, além desse assunto, o tema ganhou mais um adicional, a proposta de nova regra fiscal. Ambas, segundo o Tesouro Nacional, se colocadas como prioridade para o governo federal, poderão ajudar o país a melhorar a trajetória de endividamento.

Esse conteúdo foi incluído pelo órgão em seu Plano Anual de Financiamento, documento que indica a estratégia de gestão da dívida pública para o ano. Na mensagem, o Tesouro ressalta que a nova regra fiscal deve ser avaliada de acordo com o nível de endividamento. Os detalhes da proposta ainda estão em discussão no Ministério da Fazenda, que deve encaminhar o tema ao Congresso Nacional até abril.

Em 2023, a dívida pública federal deve avançar e ficar entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões, segundo o órgão. Em 2022, esse indicador ficou em R\$ 5,95 trilhões. Após os resultados da dívida registrados em 2022, o Tesouro projeta que a dívida bruta alcançou 73,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao final do ano.

O crescimento nominal de até 14,3%, após avanço de 6% em 2022, é esperado em um momento em que a taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75% ao ano. O Brasil deve registrar novo déficit nas contas públicas em 2023. Isso quer dizer que não arrecadará o suficiente para pagar suas despesas e precisará emitir novas dívidas para bancá-las.

"A proposta de um novo arcabouço fiscal balizado pelo nível de endividamento público e a prioridade da agenda política para aprovação de uma **reforma tributária** em 2023 favorecem a trajetória de endividamento para os próximos anos e, consequentemente, a gestão da dívida pública federal", disse o Tesouro.

Ainda segundo o órgão, "a recuperação recente da visibilidade do país diante dos investidores internacionais que se preocupam com a agenda de sustentabilidade também se mostra relevante para a gestão da dívida, dada as características dessa base de detentores".

Segundo o Tesouro, os cenários que se desenham para o endividamento neste ano consideram os desafios no ambiente internacional, como a

continuidade da guerra da Rússia contra a Ucrânia e o aumento das taxas de juros nas principais economias do mundo.

Com relação ao cenário doméstico, as projeções consideram uma redução do aperto monetário a partir do segundo semestre, além da melhora da posição fiscal do país por meio de um arcabouço de regras fiscais, de modo que garanta a sustentabilidade da dívida pública.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/27-01-2023-edicao24493/>

A nova briga do PIS/Cofins (Editorial)

Eduardo Rosa Franco - sócio da Carpena Advogados
O ano de 2023 começou com muitas novidades e dúvidas na área tributária. As empresas que apuram o Imposto de Renda pelo lucro real e recolhem Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) no regime não cumulativo precisam ficar atentas a duas alterações importantes, que refletirão no cálculo dos créditos das contribuições e, conseqüentemente, impactarão o caixa das companhias.

O regime da não cumulatividade consiste na apuração de créditos calculados em relação a mercadorias adquiridas para revenda, bens e serviços utilizados como insumo, dentre outros, previstos na legislação, para que possam ser deduzidos dos débitos apurados de PIS/Cofins, conforme previsto nas leis nº 10.637/02 (PIS) e 10.833/03 (Cofins).

A primeira alteração se refere ao ICMS. Em 12 de janeiro, foi publicada a Medida Provisória nº 1.159/23, alterando as leis nº 10.637/02 e 10.833/03. A nova redação proíbe a tomada de crédito de PIS/Cofins sobre o "ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição". Ou seja, o crédito não será mais calculado sobre o ICMS.

A segunda está relacionada ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Instrução Normativa da **Receita Federal** nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, proibiu a tomada de crédito de PIS/Cofins sobre o IPI não recuperável (considerado custo), contrariando o entendimento anterior da própria Receita. Essa alteração impacta as empresas que adquirem da indústria e não são contribuintes de IPI.

A mudança em relação ao ICMS deve ocorrer a partir de 1º de maio de 2023, mas a MP ainda precisa ser apreciada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado para ser convertida em lei. Em relação ao IPI, a regra está valendo a partir de janeiro.

As novas medidas são questionáveis sob vários aspectos, principalmente em razão das características da não cumulatividade dessas contribuições, de conceitos jurídicos ("valor de aquisição"), ofensa a princípios constitucionais (como a anterioridade de 90 dias em relação ao IPI) e ilegalidades. Os valores são altos, e tudo indica que teremos pela frente disputas judiciais, que poderemos chamar de "parte 2" da "tese do século", em que o Supremo Tribunal Federal concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Quando criaram o nome da tese, não foi à

toa.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5913>

Cartão de crédito diminui o poder de compra do brasileiro

SIMON NASCIMENTO

Para economista, reforma tributária pode ajudara desonerar salário

O aperto orçamentário no Brasil arrasta 77,9% das famílias ao endividamento e tem feito com que o cartão de crédito, historicamente considerado um vilão das finanças, seja utilizado para pagar dívidas essenciais. A constatação foi feita pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que atestou, na última semana, o maior percentual de endividamento no Brasil desde 2011, quando o monitoramento começou a ser realizado.

O levantamento mostra que as pendências com o cartão encabeçam a lista de débitos das famílias, o que não é propriamente uma novidade quando o assunto são finanças. Mas o fato é que a compra no crédito tem surgido como opção para reforçar o orçamento e arcar com custos básicos, como alimentação e moradia. "Os efeitos perversos da pandemia, com o fechamento de negócios e aumento de desempregados, e no pós-pandemia, com o avanço da inflação, fizeram com que as famílias com rendas mais baixas precisassem recorrer ao crédito para manutenção do consumo de primeira necessidade", atestou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Nesse cenário, economistas ouvidos pela reportagem consideram que a promessa de reforma tributária, feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pode desonerar a fatia da população que convive com salários mais baixos. Na proposta, a equipe econômica promete a correção da tabela do Imposto de Renda, que apresenta defasagem desde 2015.

"A reforma tributária que nós queremos votar no primeiro semestre é no imposto sobre o consumo. Mas, no segundo semestre, queremos votar uma reforma tributária sobre a renda para desonerar as camadas mais pobres do imposto e para onerar quem não paga imposto. Vamos reequilibrar o sistema tributário brasileiro para melhorar a distribuição de renda no Brasil", argumentou Haddad durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

POSSIBILIDADE. Economista e membro do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Gelton Pinto Coelho reforçou que a reforma

tributária surge como possibilidade, já que questões orçamentárias impediram o cumprimento da promessa do presidente Lula de elevar o salário mínimo a R\$ 1.320.

"O que foi gasto no último ano gerou um rombo, uma desorganização nas contas públicas e não tem como o governo atual promover aumento de salário sem ter um fluxo de caixa corrente para o pagamento desses valores que estão sendo comprometidos", avaliou Coelho.

Para o representante do Corecon, as mudanças nas regras tributárias devem seguir o que foi anunciado pelo Ministério da Fazenda, de priorizar a cobrança sobre grandes rendas, reduzindo o impacto sobre o consumo da população. "A tributação sobre o consumo leva à perda de capacidade das famílias em honrar com seus compromissos", argumentou.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Os juros altos e a concentração de renda (Artigo)

PAULO SÉRGIO RIBEIRO DA SILVA *

"No Brasil a decantada mão invisível do mercado parece que se acomodou no bolso" A concentração de renda é um fenômeno político-social que vem crescendo aceleradamente nas últimas décadas, na maioria dos países. As diferenças sociais vêm se tornando mais acentuadas e já provocam tensões, instabilidade política e fome.

Neste contexto, o Brasil aparece como um dos países em que o "índice Gini" - que mede a desigualdade social - é dos mais gravosos. O Brasil é ranqueado na 120ª posição entre os 127 países avaliados.

As razões de enfrentarmos este cenário perverso e insustentável têm raízes profundas e históricas.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da nossa jovem nação foi considerável, mas influenciado historicamente pela origem escravagista e oligárquica do Brasil colônia.

Em todos os ciclos do nosso desenvolvimento, os senhores de engenho, os barões do café, e os capitães da indústria, foram cristalizando esta cultura que, por diversos meios, criou duas classes de cidadãos: os ricos e os pobres.

Uma das principais razões desta situação é que, até um passado historicamente recente, o acesso à educação e a renda sempre foram privilégios de uma pequena parcela da população.

Neste contexto, a sociedade brasileira tenta se desenvolver e combater este desequilíbrio que envergonha a grande maioria das pessoas.

Nas últimas cinco décadas, a disseminação dos conceitos capitalistas pela maioria dos países influentes e poderosos, aumentou globalmente a importância do sistema financeiro. Surgiram assim, de maneira vigorosa, os mercados financeiros atuais com ambiente propício à especulação financeira, onde a figura dos juros é o ator principal.

Dentre os fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais), o capital passou a ser o mais relevante, balizando e orientando as políticas públicas.

O desenvolvimento sustentado da sociedade exige dois pressupostos: economia forte e distribuição de renda equilibrada.

A distribuição de renda é não só instrumento de justiça social, mas fator de estímulo ao crescimento econômico e social.

Sem consumo, não há produção e emprego.

Nas últimas décadas, nosso país vem crescendo muito pouco e os problemas sociais aumentando exponencialmente.

As taxas reais de juros (descontada a **inflação**), no Brasil, são sempre muito altas. Atualmente, a taxa é de 7,95% (Taxa básica de 13,75 - **inflação** de 5,8%), considerada já há alguns anos a **mais elevada do mundo!**

Ao mesmo tempo, países como Estados Unidos, Alemanha, Singapura, Japão, Espanha, França e Reino Unido carregam suas dívidas com juros reais negativos. A relação dívida/**PIB** destes países é superior aos 76% do Brasil. Há que observar que os citados países são considerados economicamente estáveis, adotam políticas econômicas liberais e ostentam bom nível de desenvolvimento econômico e social.

Estudo recente do Banco Mundial concluiu que os países que praticam juros elevados, sempre crescem menos.

No Brasil, os gastos com juros em 2022 atingiram a cifra de R\$ 580 bilhões.

Este é o valor que os poupadores/investidores financeiros recebem daqueles que tomam empréstimos para sobreviverem, ou pelos empreendedores que tomam capital de terceiros para desenvolverem seus negócios.

Os juros elevados enfraquecem a população de baixa renda e debilitam as empresas que geram empregos.

É frequente a interpretação de que as taxas de juros são elevadas em decorrência do alto índice de inadimplência. Todavia, há de se considerar que aqueles que estimulam as pessoas físicas a tomarem

crédito de 13% ao mês, não podem esperar a integridade de seu capital de volta.

Fato relevante, é que o maior pagador de juros no Brasil é o Tesouro Nacional, portanto, toda a sociedade brasileira.

Há décadas os juros dos títulos do tesouro são pagos regularmente: inadimplência zero.

O governo é o maior tomador de empréstimos e não há lógica em tomar recursos tão onerosos.

A formação das taxas de juros sofre forte influência das pesquisas de tendências feitas pelo sistema "Focus", do Banco Central, que ouviu, segundo o último levantamento, 156 instituições direta ou indiretamente ligadas ao sistema financeiro.

Registra-se que a pesquisa não destaca sequer um cidadão ou tomador de empréstimo, opinando sobre qual taxa de juros deveria ser aplicada nos próximos anos.

As tendências do mercado deveriam ser estabelecidas pelo conjunto dos agentes econômicos: quem empresta e quem toma o dinheiro, e não somente pelos que emprestam.

As autoridades públicas, representantes da sociedade e o governo federal, o maior tomador dos recursos, deveriam indicar e negociar melhor o quanto pagar pela poupança dos cidadãos.

E os juros pagos pelo conjunto da sociedade deveriam ser módicos, como o é na maioria dos países.

Mas a influência do "mercado" impessoal e etéreo é quem projeta tendências e taxas. No Brasil, a decantada "mão invisível do mercado" parece que se acomodou no bolso.

Temos um sistema financeiro forte, que é muito importante para o desenvolvimento do País, mas é recomendável e legítimo que haja instrumentos que permitam a participação da sociedade na formulação de políticas que atinjam a sociedade como um todo, como é o caso das taxas de juros.

Recentemente, um grande banqueiro em manifestação pública, relatou que o cenário inflacionário atual, a taxa de equilíbrio de juros deveria ser de 8% a.a. Por que então a taxa de 13,75% a.a.?

Não há, em nenhum estudo da teoria econômica, a defesa de manutenção de taxas de juros reais elevadas por longos períodos, como vem acontecendo no Brasil.

A autonomia do Banco Central foi uma vitória da sociedade brasileira, mas não deve ser confundida com independência.

A definição da política monetária tem que ser, e é, discutida no Conselho Monetário Nacional para avaliação dos efeitos e consequências no contexto global da economia.

As políticas governamentais são legítimas quando buscam estimular segmentos, fixar **impostos** diferenciados, desde que tragam, ao final, benefícios para o conjunto da sociedade.

Um exemplo positivo foi o subsídio de taxas de juros preferenciais para o agronegócio, mantida há mais de 50 anos, que resultou no desenvolvimento de um segmento forte e moderno, que hoje é de vital importância para a sociedade e projeta o Brasil de maneira positiva no mercado mundial.

Este estímulo foi e vem sendo bancado pelo tesouro, portanto, por todos os contribuintes de **impostos**.

Um exemplo negativo, no entanto, é a política de remuneração da poupança compulsória dos assalariados (FGTS) de apenas 3% ao ano, enquanto os juros básicos pagos pelo governo a outros poupadores são, atualmente, quase 4 vezes superiores.

Não é justo que todos os assalariados sejam empobrecidos no longo prazo para financiar moradias para uma parcela deles, enquanto, todos os outros subsídios para atender demandas sociais e estratégicas são bancados pela sociedade como um todo.

No início de um novo governo, é importante que os rumos da nossa política econômica sejam focados no equilíbrio fiscal, estímulo ao crescimento e diminuição das desigualdades sociais.

Três brasileiros jovens e reconhecidamente capazes (Ministro da Fazenda - Fernando Haddad, Ministra do Planejamento - Simone Tebet, e Presidente do Banco Central - Roberto Campos Neto), membros do Conselho Monetário Nacional, haverão de encontrar um equilíbrio entre política monetária e fiscal que estimule o crescimento do país, com maior distribuição de renda.

Isso é o que a sociedade deseja e espera!!!

*Empresário há mais de 50 anos, Pós-graduando em Ciência Política pela Fundação Dom Cabral. (paulo.sergio@ tora.com.br)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-01-2023-2/>

Governo Bolsonaro deixa R\$ 255 bilhões de restos a pagar

O governo Bolsonaro deixou R\$ 255,2 bilhões em despesas contratadas e não pagas para 2023. Chamados tecnicamente de restos a pagar (RAPs), os valores são transferidos de um ano para outro e se transformam em um "orçamento paralelo", competindo por espaço com os novos gastos. Como comparação, ao fim do seu segundo mandato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou R\$ 246,8 bilhões (em valores corrigidos a dezembro de 2021) em RAPs para sua sucessora, Dilma Rousseff. Já o presidente Michel **Temer** deixou R\$ 189,6 bilhões que, com a correção pela **inflação**, resultam em R\$ 227,4 bilhões.

O Tesouro Nacional informou que já bloqueou R\$ 33,7 bilhões de RAPs deixados pelo governo Bolsonaro depois que decreto do governo Lula determinou que os ministérios e órgãos públicos façam uma avaliação da necessidade de se manter ou não os contratos. O decreto faz parte do conjunto de medidas de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há duas semanas.

O Tesouro informou ainda que um alerta será disparado na próxima semana pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Gestão com as orientações técnicas e de governança fiscal aos seus gestores orçamentários para que façam esse pentefino. O governo conta com a medida para reduzir os gastos deste ano e tirar as contas públicas do vermelho. Contratos superiores a R\$ 1 milhão passarão por avaliação.

"Independentemente do bloqueio já feito, todos os órgãos terão de fazer uma revisão de contratos e convênios", explicou o subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento. "É uma medida de ajuste fiscal porque esperamos que boa parte dessas despesas bloqueadas sejam canceladas", disse.

O pacote de Haddad prevê um potencial de economia de R\$ 50 bilhões neste ano, sendo R\$ 25 bilhões por meio da revisão de contratos e programas.

O subsecretário afirmou que, por restrições legais, nem todos os RAPs podem ser bloqueados. Nada também pode ser feito com gastos que já foram processados e liquidados - ou seja, já houve a entrega do produto ou do serviço, mas nem tudo foi pago. As despesas desse grupo somam R\$ 81,8 bilhões.

Também não podem ser bloqueadas despesas obrigatórias, emendas parlamentares impositivas, do Ministério da Saúde e das fundações e autarquias da administração pública indireta.

Herança

Os RAPs deixados para este ano tiveram um aumento de R\$ 21,6 bilhões na comparação anual. De 2021 para 2022, foram deixados R\$ 233,6 bilhões. A razão do salto foi que, faltando poucos dias para o fim do ano passado, o governo Bolsonaro liberou R\$ 20 bilhões de crédito orçamentário autorizando novas despesas. Como não houve tempo para executá-las, elas foram "carregadas" para 2023, inflando o Orçamento deste ano.

A edição desses novos créditos, no apagar das luzes, só foi possível porque a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, negociada pelo governo Lula com o Congresso, abriu brecha para gastar R\$ 23 bilhões fora teto de gastos - a regra que impõe um limite anual ao crescimento de despesas - ainda em 2022. A PEC também autorizou o governo a empenhar as emendas de relator do orçamento secreto - mecanismo de transferência de verbas a parlamentares em troca de apoio político.

PT anuncia apoio à reeleição de Rodrigo Pacheco para o Senado

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal anunciou, ontem, que vai apoiar Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na disputa pela presidência. O anúncio foi feito após reunião dos senadores em Brasília. A eleição para presidente da casa está marcada para o dia primeiro de fevereiro. Além do atual presidente do Senado, os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (Podemos-CE) devem entrar na disputa.

Após eleger quatro senadores nas eleições de 2022, a bancada do PT no Senado terá 8 membros a partir de 2023. O líder da bancada petista será Fabiano Contarato (PT-ES).

PDT Além do PT, o PDT anunciou, no início da noite de segunda-feira, apoio à reeleição de Rodrigo Pacheco à presidência do Senado. O anúncio foi feito em evento realizado na sede do partido com lideranças pedetistas e o atual presidente da Casa.

"Formalizamos o apoio do PDT à reeleição de Rodrigo Pacheco para a presidência do Senado. Sua recondução representa a manutenção da luta pelo Estado Democrático de Direito e por um país mais justo e igualitário", declarou a legenda em suas redes sociais.

O presidente do partido, Carlos Lupi, ministro da **Previdência Social**, afirmou ainda que Pacheco representou um marco que "é muito caro na política. Honradez, seriedade, o respeito às minorias". (Estado de Minas)

Pacheco conta coma bancada do PT, com oito membros

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2023/01/pt-anuncia-apoio-a-reeleicao-de-rodrigo-pacheco-para-o-senado.html>

Prates assume Petrobras sob pressão relacionada a preços

O conselho de administração da Petrobras aprovou nesta quinta-feira (26) a nomeação de Jean Paul Prates à presidência da estatal. Eleja renunciou a seu mandato no Senado, que se encerraria em fevereiro. Segundo a Petrobras, Prates já tomou posse como presidente da companhia e como membro do conselho de administração.

Os mandatos aprovados nesta quinta vão até o dia 13 de abril, quando vencem os mandatos da atual administração.

Prates assume o comando in -terno da Petrobras já sob pressão da União, acionista controladora, por uma mudança nos rumos da política de preços de combustíveis, mas uma alteração significativa no curto prazo não é esperada por especialistas do mercado.

Além de limitações previstas em estatuto para que a Petrobras contribua com políticas públicas, uma ruptura brusca na trajetória de preços de diesel e gasolina atualmente poderia desequilibrar o mercado e causar riscos de desabastecimento, uma vez que o país é muito dependente das importações desses produtos.

"Com a mudança para o novo CEO, a gente não vê um impacto relevante de preços no curto prazo, não só pelas questões estatutárias. Ele mesmo já deixou claro que não vai deixar que a política de preços não siga um comportamento internacional", disse o sócio-diretor da Raion Consultoria. Eduardo Oliveira de Melo.

AÇÕES CAEM As ações da Petrobras estiveram entre as maiores quedas da Bolsa nesta quinta, na direção oposta do preço do petróleo, que operou em alta. Os papéis ordinários da empresa (PETR3) caíram 2,79%, a R\$ 29,57. Já as ações preferenciais (PETR4) recuaram 2,74%, a R\$ 26,20.

Leandro De Checchi, analista de Investimentos da Clear, diz que o mercado parece não ter gostado do já esperado anúncio de Jean Paul Prates como novo CEO. "Os investidores devem seguir atentos às diretrizes estratégicas da atual gestão." A Petrobras elevou na véspera o valor da gasolina nas refinarias em 7,5%, mas analistas ainda veem espaço para novos reajustes.

Os preços do diesel da Petrobras considerando a

média nos principais polos de venda às distribuidoras no fechamento de quarta-feira está 2% abaixo da paridade de importação, enquanto a gasolina está 4% abaixo, segundo cálculos da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

Mas a pressão do governo federal vem também em momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem estudado meios para voltar a cobrar **tributos** federais sobre diesel e gasolina - este último previsto para ser retomado no fim deste mês - sem onerar o bolso dos consumidores.

Em declarações recentes, Haddad tem dito que aguarda a posse do novo CEO para encontrar uma solução junto à estatal.

Prates, por sua vez, tem defendido o fim da aplicação da paridade de importação para a formação dos preços da petroleira, mas diz que a empresa ainda assim seguirá indicadores internacionais.

Historicamente a Petrobras, que tem ações negociadas em Bolsa, tem de lidar com tentativas de interferências políticas em suas estratégias e, desde 2016, conseguiu certa autonomia para adotar uma política de preços que segue indicadores internacionais, contribuindo com resultados financeiros positivos e uma abertura do mercado para outros investidores.

Grandes distribuidoras de combustíveis como Vibra, Raí-zen e Ipiranga investiram alto em infraestrutura de importação nos últimos anos, e hoje buscam parte de seu suprimento no exterior, tirando da Petrobras a responsabilidade de ser a única a abastecer o mercado.

A Petrobras também realizou a privatização da refinaria Riam, na Bahia, que representa 14% da capacidade total de processamento de petróleo do país, em outro movimento que reduziu sua relevância no suprimento nacional. A unidade, rebatizada de Mataripe, pertence hoje à Acelen, do grupo Mubadala Capital, que tem uma política de preços de combustíveis com atualizações mais frequentes do que a Petrobras.

Mas isso tudo não aconteceu sem percalços. Toda vez que os preços internacionais disparam, a petroleira

tem sido atacada por segmentos políticos e da sociedade, como responsável por prejudicar a **inflação**. O PT defende que a petroleira contribua com uma estabilidade maior de preços.

Após grandes prejuízos por subsidiar preços de combustíveis a mando do governo no passado, o estatuto da Petrobras passou nos últimos anos a prever condições para que a companhia possa ter suas atividades orientadas pela União. (Folhapress)

Jean Paul Prates, presidente do Petrobras: fim da paridade de importação

Site: <https://opopular.com.br/digital/27-janeiro-2023/1o-caderno>

Estrangeiros investem US\$ 90 bilhões no Brasil em 2022, maior valor em dez anos

Os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira totalizaram US\$ 90,5 bilhões no ano de 2022, informou nesta quinta-feira (26) o Banco Central.

Trata-se do maior patamar para um ano fechado desde 2012 (US\$ 92,5 bilhões), ou seja, em dez anos.

Em 2021, o ingresso de investimentos diretos totalizou US\$ 46,4 bilhões. A série histórica do BC para esse indicador tem início em 1995.

A entrada de investimentos no país está relacionada com o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) - apesar da desaceleração que vem sendo registrada por conta da alta dos juros básicos da economia.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 5%. O resultado oficial para 2022 ainda não foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas a expectativa do mercado financeiro é de uma expansão de cerca de 3% no ano passado.

O ingresso de recursos por essa modalidade revela que os estrangeiros estão realizando investimentos produtivos no país, o que denota confiança na economia brasileira.

Contas externas Ainda de acordo com o BC, as contas externas do país registraram um déficit de US\$ 55,6 bilhões em todo ano passado, com aumento de 20% na comparação com 2021 (-US\$ 46,3 bilhões).

Esse foi o maior rombo para um ano fechado desde 2019, quando somou US\$ 68 bilhões. A série histórica do BC para esse indicador tem início em 1995.

O resultado em transações correntes, um dos principais indicadores sobre o setor externo do país, é formado por balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).

De acordo com o BC, o aumento no déficit das contas externas, em 2022, se deve uma piora na conta de serviços (mais gastos no exterior, incluindo viagens) e de rendas (aumento das remessas ao exterior pelas empresas).

O aumento do déficit das contas externas também

está relacionado com o crescimento da economia brasileira. Com nível de atividade ainda positivo, há uma demanda maior por produtos e serviços do exterior.

Apesar do aumento no rombo das contas externas, os investimentos estrangeiros diretos na economia foram suficientes para "financiar" o resultado negativo.

Site:

<https://agazetadoamapa.com.br/arquivos/assinaturas/753/Jornal-A-Gazeta-27.01-2023.pdf>

Após revisão, fluxo cambial fica negativo

Brasília - Após identificar um erro na série histórica do fluxo cambial, o Banco Central revisou ontem o resultado dessa conta em 2022, que passou de uma entrada líquida de US\$ 9,574 bilhões para uma saída de US\$ 3,233 bilhões.

"Por falha na rotina de compilação, nem todos os códigos de natureza cambial que entraram em vigor em outubro de 2021 foram incluídos no processo de apuração das estatísticas de câmbio contratado", informou a autarquia.

O erro, segundo o órgão, ocorreu nas contratações de câmbio para importação, que subiram de US\$ 238,1 bilhões para US\$ 250,2 bilhões, uma diferença de US\$ 12,8 bilhões após a revisão. Com isso, o saldo líquido de câmbio contratado no ano foi reduzido nessa mesma proporção.

O BC informou ainda que vai adaptar as divulgações do fluxo cambial. A partir de agora, o resultado referente ao último dia de cada mês passará a ser informado na terceira semana do mês posterior.

Os dados parciais do mercado de câmbio continuarão sendo divulgados todas as quartas-feiras, mas os números serão defasados já que a nova lei cambial permitiu que operações abaixo de 50 mil dólares sejam comunicadas apenas no dia 5 do mês seguinte. Essas operações representam cerca de 3% do valor total operado.

Contas externas - As contas externas tiveram saldo negativo de US\$ 10,9 bilhões em dezembro do ano passado, informou o BC. No mesmo mês de 2021, o déficit havia sido de US\$ 7,7 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A diferença na comparação interanual se deve ao superávit da balança comercial, que aumentou US\$ 405 milhões, enquanto os déficits em serviços cresceram US\$ 1,5 bilhão e em renda primária (lucros e dividendos) recuou US\$ 2 bilhões.

Em 2022, o déficit em transações correntes é de US\$ 55,7 bilhões, 2,92% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante o saldo negativo de US\$ 46,4 bilhões (2,81% do **PIB**) no período equivalente terminado em dezembro de 2021.

Esse aumento, de US\$ 9,3 bilhões, deveu-se às

ampliações nos déficits de serviços (US\$13 bilhões), e de renda primária (US\$ 4,9 bilhões), compensadas parcialmente por aumento de US\$ 8 bilhões no superávit comercial.

Rendas - Em dezembro do ano passado, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) chegou a US\$ 9,7 bilhões, com ampliação de 25,7% ante os US\$ 7,7 bilhões deficitários no mesmo mês de 2021. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil, que remetem os lucros para fora do País, do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos diretos e em carteira, totalizaram US\$ 6,7 bilhões, aumento de 26,1% em relação a dezembro de 2021.

As despesas líquidas com juros somaram US\$ 3 bilhões, ante US\$ 2,4 bilhões em dezembro de 2021.

No ano de 2022, o déficit em renda primária totalizou US\$ 63,9 bilhões, 8,3% acima do déficit de US\$ 59 bilhões ocorrido em 2021. As despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 44,7 bilhões, 16,4% acima do valor observado em 2021, enquanto as despesas líquidas de juros somaram US\$ 19,2 bilhões, ligeiramente inferiores aos US\$ 20,6 bilhões de 2021.

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no País (IDP) somaram US\$ 5,6 bilhões no mês passado, ante os desinvestimentos líquidos de US\$ 5,2 bilhões em dezembro de 2021.

No mês passado, houve ingressos líquidos em participação no capital de US\$ 5 bilhões, como com compra de novas empresas e reinvestimentos de lucros. Enquanto isso, as operações intercompanhia (como os empréstimos da matriz no exterior para a filial no Brasil) tiveram superávit de US\$ 604 milhões no mês.

No ano, o IDP totalizou US\$ 90,6 bilhões, correspondendo a 4,76% do **PIB**, em comparação a US\$ 46,4 bilhões (2,82% do **PIB**) no mês anterior. O resultado representa o maior ingresso líquido do IDP desde 2012, quando o ingresso registrado foi de US\$ 92,6 bilhões.

No ano de 2022 os ingressos líquidos em carteira no mercado doméstico somaram US\$ 6,4 bilhões (ingressos líquidos de US\$10,9 bilhões em ações e

fundos de investimentos e saídas líquidas de US\$4,5 bilhões em títulos de dívida) ante ingressos líquidos de US\$ 27,9 bilhões em 2021.

Já os investimentos diretos no exterior (IDE) apresentaram aplicações líquidas no ano de 2022, os fluxos de IDE totalizaram aplicações líquidas de US\$ 30,7 bilhões, ante US\$ 16,2 bilhões em 2021. O resultado deveu-se, principalmente, às aplicações em participação no capital, que somaram US\$ 29,6 bilhões em 2022, ante aplicações líquidas de US\$ 16,4 bilhões em 2021.

Reservas - O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 324,7 bilhões em dezembro de 2022, redução de US\$ 6,8 bilhões em comparação ao mês anterior. O resultado decorreu, primordialmente, de vendas líquidas de US\$ 9 bilhões em operações de linhas com recompra, e contribuições negativas das variações de paridades, em US\$ 2 bilhões.

A receita de juros totalizou US\$ 576 milhões.

No ano de 2022 as reservas internacionais recuaram US\$ 37,5 bilhões. Contribuíram para essa redução as perdas por preço (US\$ 24 bilhões); a concessão líquida de linhas com recompra (US\$11,5 bilhões); as perdas por paridade (US\$ 6 bilhões); e a liquidação de vendas à vista (US\$ 571 milhões). A receita de juros somou US\$ 6,2 bilhões. (ABr/ Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-01-2023-2/>